

Cego luta pela manutenção do internato no Benjamin Constant

11 DEZ 1985

O Instituto Benjamin Constant, o mais antigo e aparelhado estabelecimento de educação de cegos do Brasil, poderá não aceitar matriculas em 1986 para internato. A medida proposta pelo Cenesp (Conselho Nacional de Educação Especial) provocou ontem uma manifestação de protesto, com faixas e cartazes, de 300 alunos e professores na porta do instituto, que durou meia hora e reteve o trânsito na Avenida Pasteur.

A diretoria do Cenesp, que controla o Benjamin Constant (fundado há 131 anos) e o Instituto Nacional de Surdos, em Laranjeiras, argumenta que há distorções e privilégios na assistência a cegos e surdos no país: 60% do seu orçamento de Cr\$ 200 bilhões serão investidos com os mil alunos dos dois institutos, enquanto os 599 mil cegos de todo o Brasil praticamente vivem sem auxílio do governo federal.

Rótulos

A medida, disseram os manifestantes, deixará sem escola criança de 4 anos com deficiências visuais, cujo número não sabem, pois não há estatísticas precisas. Para o professor Luís Antônio Mileto, do Benjamin Constant, o Cenesp está equivocado quando afirma que os "cegos cariocas são privilegiados porque estudam e bebem". Denuncia que o cego é considerado "deficiente diferente" e isso "cria rótulos".

— O cego é um homem normal e tem direito a ascender. Se o Benjamin Constant fechar as portas para os cegos, vamos cair numa estratificação social. Mais cegos carentes ficarão sem escolas especializadas e o problema da educação especial se agravará. Só o regime de internato dá condições de estudo e habilidade ao aluno — disse o professor, que também é cego.

Para a chefe de gabinete do Cenesp, Teresa Costa do Amaral, o Instituto

Benjamin Constant, nos últimos 20 anos, não se modernizou e mantém uma política de assistência que considera "elitista". Um aluno do instituto custa mensalmente aos cofres públicos Cr\$ 3 milhões 80 mil, gasto superior, segundo ela, ao de internatos particulares de luxo. As despesas com material didático, manutenção dos prédios e pagamento de funcionários do Benjamin Constant e do Instituto de Surdos (onde também foi extinto o regime de internato) consomem Cr\$ 135 bilhões dos Cr\$ 200 bilhões do orçamento do Cenesp.

— Segundo a ONU, o Brasil tem 600 mil cegos. Só 270 deles, que estão no Rio, são assistidos com seis refeições ao dia, alfaiate, pasta dental e material didático. Existem, em contrapartida, 599 mil sem assistência. Com o fim do internato, queremos transformar o Benjamin num centro de formação de professores, de invenções de técnicas modernas, de educação precoce e pólo irradiador para todo o Brasil — afirmou.

Redistribuição

Pelo plano do Cenesp, o Benjamin Constant manteria o semi-internato. A verba concentrada nos dois institutos seria redistribuída para o atendimento de cegos nas Zonas rurais, regiões periféricas e outros centros urbanos, onde os deficientes são mal atendidos. Para a implantação de novos serviços, as secretarias de Educação e fundações filantrópicas receberão auxílios financeiros do Cenesp, descentralizando a assistência.

No Brasil, segundo o Cenesp, há 6 milhões de deficientes mentais, 2 milhões 400 mil deficientes físicos, 1 milhão 200 mil surdos e 600 mil cegos. Para atender essa população estigmatizada, segundo Teresa Costa do Amaral, faltam professores especializados, há distorções entre

a demanda e a oferta de oportunidades educacionais e desigualdade de atendimento às diferentes categorias de educandos especiais.

No Benjamin Constant, afirma, há alunos que são trazidos em carros particulares, existem irregularidades administrativas e pedagógicas, e as máquinas para impressão em Braille não funcionam. O instituto, além disso, não tem psicólogo ou assistente social. Ela acha que a escola deve sofrer modificações profundas.

— Nenhum aluno pediu toda essa concentração de recursos no instituto — diz o professor Victo Mattoso, diretor do Benjamin Constant, que admite que a reformulação administrativa e pedagógica, desde que com a participação dos internos. Nega que tinha sido perdulário e diz que reduziu em 50% as despesas do instituto em 1985.

Um dos professores acusou-o de gastar Cr\$ 24 milhões em fotocópias este ano, sem necessidade pedagógica. Mattoso alega que o dinheiro foi gasto com 40% dos 270 anos do instituto.

— São alunos com visão reduzida que escrevem em letras ampliadas e precisamos tirar xerox. Só gastamos quando há necessidade — defende-se. Mas o Cenesp aguarda o resultado de uma auditoria feita há duas semanas no instituto para definir que atitude tomar sobre sua administração.

O Cenesp garante que respeitará a consulta a uma comissão de professores do instituto e especialistas do conselho sobre a permanência ou não do regime de internato. Ontem, uma comissão de cegos conseguiu encontrar-se, na Embratel, com o ministro da Educação, Marco Maciel, e informou que ele só se posicionará a respeito depois de ouvir todos os internos do Benjamin Constant.